



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

78ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção do Patrimônio Público

**PORTARIA**  
**Nº 029.2012.78ª PRODEPPP.1.1.585495.2009.37685**  
**(Inquérito Civil nº 057/2009)**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, através da 78ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção do Patrimônio Público, pela Promotora de Justiça infra-assinado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelo art. 129, inc. III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85; art. 26, I, da Lei nº 8.625/93; e art. 22 da Lei nº 8.429/92;

**CONSIDERANDO** que é função institucional e dever do Ministério Público instaurar procedimento administrativo e inquérito civil, na forma da lei, para anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou do Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem, na forma do art. 25, IV, a e b, da Lei nº 8.65/93, e e do art. 3º, IV, a e b, da Lei Complementar Estadual nº 011/93;

**CONSIDERANDO** que administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme o art. 37, *caput*, da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 023, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público Nacional, que disciplina a instauração e tramitação do Inquérito Civil;

**CONSIDERANDO** o que consta do Procedimento nº 057/2009 de denúncia de possível prática de improbidade administrativa, por parte do Governo do Estado do Amazonas, concernente a contratação, sem licitação, da Empresa Juruá Estaleiro e Navegação Ltda. para compra de produtos e serviços no valor de R\$ 4.310.000,00;



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**78ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção do Patrimônio Público**

**CONSIDERANDO** que o prazo do Procedimento Preparatório acima citado esgotou-se, e que ainda existem diligências imprescindíveis a serem realizadas, documentos já requisitados a serem recebidos e despachos a serem cumpridos,

## **R E S O L V E :**

I – **CONVERTER** o Procedimento Preparatório nº **057/2009/78ª** PRODEPPP em Inquérito Civil, para prosseguimento da apuração do fato acima narrado;

II – Autue-se em Inquérito Civil sob nº **057/2009-78ª PRODEPPP**;

III – Designar a servidora ILDETE SOUSA ALECRIM para secretariar os trabalhos inerentes ao Inquérito Civil.

Registre-se e publique-se no portal do MPE e, mediante extrato, no DOE.

Cumpra-se.

Manaus, AM, 24 de abril de 2012.

**Wandete de Oliveira Netto**  
*Promotora de Justiça Titular da 79ª Prodeppp,*  
*em exercício Cumulativo*  
**Port.nº 0578/12/PGJ**



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**78ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção do Patrimônio Público**

*...isa.*